



Relatório e Contas 2016

A SUA **SEGURADORA** DE CONFIANÇA

IMPAR – COMPANHIA CABOVERDIANA DE SEGUROS

Sede Social

Praça Amílcar Cabral

C.P. nº 344 – Mindelo – Cabo Verde

Tel: +238 230 40 10 Fax: +238 232 66 43

Sede Administrativa

Avenida Amílcar Cabral

C.P. nº 469 – Praia – Cabo Verde

Tel: +238 260 31 20 Fax: +238 261 37 65



Índice

Órgãos Sociais	3
Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2016	4
I – Introdução	4
II – Enquadramento Geral	5
2.1 – Ambiente Económico Internacional	5
2.2 - Economia Cabo-verdiana	6
2.3 – Mercado Segurador	7
III – Actividade Seguradora da IMPAR	7
IV – Exploração Industrial	8
4.1 – Ramo Vida	8
4.2 – Ramo Não Vida	8
4.3 – Resseguro Cedido	10
V – Gestão de Meios	10
5.1 – Recursos Humanos	10
5.2 – Recursos Tecnológicos	12
VI – Análise Económica e Financeira	12
6.1. Análise das cobranças	14
6.2. Investimentos	14
VII – Proposta de Aplicação dos Resultados	15
VIII – Nota Final	15
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
ANEXO ÀS CONTAS	23
PARECER DO ATUÁRIO	74
RELATÓRIO DE AUDITORIA	76
RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO	77



Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Alfredo Barbosa Fernandes – *Presidente*

Francisco Figueiredo Silva – *Vice-presidente*

Lopes da Silva – *Primeiro Secretário*

José Paulino Modesto – *Segundo Secretário*

Conselho de Administração

José António Arez Romão – *Presidente*

Luís Vasconcelos Lopes – *Administrador Delegado*

Joaquim Alberto Coimbra – *Administrador*

Paulo Jorge de Oliveira Lima – *Administrador*

Sandra Patrícia Almiro Coimbra – *Administradora*

Fiscal Único

BDO – Representada por António Pina Fonseca

Comissão de Remunerações e Previdência

João Miguel Oliveira Lima - Oligest – *Presidente*

Sophie Marcellesi – Hotel Morabeza – *Voga*

João Manuel Lopes da Silva – *Vogal*



Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2016

Senhores Accionistas,

De acordo com o estabelecido na Lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração da ÍMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL, submete à superior apreciação dos Senhores Accionistas o Relatório de Actividades e as Contas referentes ao 24º exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

I – Introdução

Ao iniciar o presente relatório, cumpre salientar que, não obstante as dificuldades próprias de uma conjuntura económica e financeira nacional e internacional adversa e do impacto da redução do volume de negócios de alguns dos maiores clientes, com influência na matéria segurável, a Companhia alcançou, na generalidade, os principais objectivos a que se propôs, designadamente, a estabilização da carteira e a rentabilidade técnica.

O ano de 2016 foi ainda marcado por uma grande exigência para a Administração no acompanhamento de complexos processos de sinistro, processos que obrigaram a intervenção junto dos clientes, terceiros, resseguradores e autoridades por forma a concluir satisfatoriamente a sua regulação e regularização.

Em consequência da significativa diminuição da matéria segurável, como se referiu, o crescimento da carteira da IMPAR foi de 1%.

Assim, a quota de mercado da ÍMPAR fixou-se em 42% dos negócios da Industria Seguradora Nacional.

Apesar das descritas condicionantes, o balanço da Companhia registou a habitual sustentabilidade, apoiada em excelentes resultados técnicos, traduzidos, uma vez mais, num resultado líquido superior a cem milhões de escudos.

O aumento das perdas no Ramo de Transportes de Mercadorias, ramo a que respeitam, parcialmente, os sinistros referidos no segundo parágrafo, influenciou a sinistralidade do exercício.

A diminuição dos rendimentos das aplicações financeiras afectas às provisões técnicas, em consequência das reduzidas taxas de remuneração dos activos, influenciou a aludida rubrica, havendo todavia a registar que os dividendos obtidos nas participações em empresas



Caboverdianas de referência se revelaram muito positivos, salientando-se que as aplicações continuam a observar os critérios conjugados de segurança, liquidez e rentabilidade.

O Escritório situado na Achada de Santo António – Cidade da Praia, foi integralmente remodelado e afecto primordialmente à regulação de sinistros, contribuindo, desta forma, para estabelecer de forma inovadora um serviço pós-venda de grande qualidade e conforto para os clientes.

A activa participação e contribuição da IMPAR na escolha do autor, acompanhamento da concepção e fundição do busto do Dr. Corsino Fortes, Presidente da Companhia desde da fundação até 2015, constituiu uma justa homenagem a uma figura de relevo da nossa nação, que o Município do Mindelo consagrou com a atribuição do seu nome a uma rua da cidade.

No âmbito do seu balanço social, a ÍMPAR cedeu temporariamente um espaço para o arranque do projecto da Escola Portuguesa do Mindelo, e renovou os protocolos com o Comité Paraolímpico Caboverdiano, ALAIM e principais Municípios do País.

II – Enquadramento Geral

2.1 – Ambiente Económico Internacional

Oito anos decorridos sobre a crise financeira internacional de 2007-2008, que ficou conhecida como sub-prime, o crescimento económico mundial continuou a pautar-se por uma significativa fragilidade, a qual se pode resumir da seguinte forma:

- O crescimento mundial pouco se afastou do patamar de 3% ocorrido nos anos anteriores;
- As perspectivas de crescimento foram gradualmente ajustadas em baixa;
- As estimativas mais recentes apontam para que tenha sido o ano de menor expansão desde a crise financeira acima referida;
- O sistema financeiro europeu recupera lentamente e muito suportado pelo Banco Central Europeu.

A dinâmica das economias emergentes e, em particular, a menor pujança da economia da China que tem vindo a ajustar o seu modelo de crescimento, explica em grande parte, o abrandamento da economia global desde o início do século.

Efectivamente, antes da crise financeira, o grupo de economias consideradas emergentes registava ritmos de expansão que superavam os 7%, contrastando com pouco mais de 4% nos anos mais recentes.

Apesar do que se deixa dito, o ano de 2016 termina com vários indicadores de confiança em alta, bem como uma interessante actividade nas economias desenvolvidas e um comportamento



muito positivo de alguns activos financeiros (US Treasuries e acções norte-americanas, por exemplo).

O cenário consensual entre os analistas e as principais entidades de pesquisa económica, aponta para que 2017 se afirme como um ano de maior crescimento, não obstante os riscos potenciais que se anteveem.

O maior dinamismo deverá ocorrer nas economias desenvolvidas, mas também nos mercados emergentes, ainda que estes possam ter um comportamento heterogéneo fruto do ambiente financeiro mais restritivo (subidas de taxas nos EUA) e de um eventual maior grau de protecionismo pela Administração Trump.

Em termos globais, as expectativas para 2017 são elevadas, na medida em que se está a incorporar o regresso a tendências de uma maior normalidade: lenta elevação da inflação, inversão do ciclo das *commodities*, taxas de juro mais elevadas. Dado o contexto, o potencial de desilusão poderá também ser significativo.

2.2 - Economia Caboverdiana

Os últimos dados do Banco de Cabo Verde apontam para um crescimento da economia caboverdiana de 3%, ou seja, um crescimento económico mais acelerado do que as projeções iniciais que apontavam para um crescimento de apenas 1,5%.

Esse desempenho traduz a execução das despesas de funcionamento e a evolução mais favorável dos investimentos privados, num contexto de redução mais acentuada dos preços no consumidor, com impacto positivo no consumo privado.

Por outro lado deve-se realçar o expressivo crescimento da administração pública, bem como dos impostos arrecadados nos primeiros três meses do ano, pela recuperação dos serviços de alojamento e restauração e pelo forte dinamismo do setor da construção, nos últimos meses de 2016.

Os investimentos externos representam cerca de 80% do crescimento da procura interna, sustentados pela contínua implementação dos projetos de investimento externo em carteira desde 2015, no crescimento moderado do crédito bancário ao setor privado e na contínua recuperação do clima económico.

Em função da dinâmica das importações, registou-se um agravamento da balança de bens e serviços em 2016 com um consequente aumento do défice comercial.



Há que salientar que se registou um ligeiro aumento nas reservas de liquidez em moeda estrangeira, em 19,7 milhões de euros, garantindo ao País cerca de seis meses de importação de bens e serviços.

O crédito à economia cresceu cerca de três por cento, sobretudo impulsionado pelo aumento dos empréstimos às empresas privadas e aos particulares.

O Governo de Cabo Verde prevê para 2017 um crescimento económico na ordem dos 5,5% e a redução do défice das contas públicas para 3%, segundo a proposta de Orçamento de Estado.

Porém, a previsão do Governo é, contudo, contrariada pela estimativa do BCV que projecta um crescimento de apenas 4%, uma vez que o Banco Central - não obstante a expectativa de alguma melhoria das condições no mercado de trabalho, relacionada com o aumento dos investimentos privados - antecipa que o contributo do consumo privado para o crescimento seja inferior ao de 2016.

Entretanto, o BCV antevê desempenhos favoráveis nos setores de alojamento e restauração, na indústria transformadora e no comércio, susceptíveis de contribuir positivamente para dinamizar a atividade económica nacional em 2017.

A previsão de crescimento do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os pequenos estados insulares como Cabo Verde é na ordem dos 3,5 %.

2.3 – Mercado Segurador

O mercado Segurador Cabo-verdiano cresceu cerca de 6%, tendo a produção nacional totalizado os 2.289.339 contos, contra os 2.161.558 contos de 2015.

O continuado crescimento do ramo Vida, que aumentou cerca de 25%, impulsionou o aumento da carteira nacional, igualmente suportado pelo crescimento dos Ramos de Incêndio.

Os custos com sinistros do mercado alcançaram os 799.731 contos, contra os 705.267 de 2015, cabendo à IMPAR o montante de 244.785 contos, número que evidencia a qualidade da carteira da Companhia e a qualifica como carteira de baixo risco.

III – Actividade Seguradora da IMPAR

A estagnação dos Ramos Não Vida, facto já anteriormente evidenciado, foi contrabalançada pelo relevante crescimento do Ramo Vida.



Os prémios totais traduzem o crescimento global de 1,45% correspondendo a 950.959 contos contra 937.332 contos de 2015.

O Ramo Vida registou um aumento de 25%, passando a ter um peso de 8% no valor total da carteira ou seja, 75.685 contos.

Os Ramos Não – Vida tiveram um ligeiro decréscimo de -0,2%, decréscimo que decorreu, como se indicou, do impacto da diminuição dos prémios de grandes clientes, face à redução da matéria segurável e da perda de 3 negócios que vigoravam em regime de *fronting*. Os Ramos Não Vida atingiram um volume de prémios de 875.273 contos contra os 876.875 contos verificados no exercício anterior.

IV – Exploração Industrial

4.1 – Ramo Vida

A recuperação do Ramo Vida Capitalização e o importante aumento do Seguro de Vida Risco Puro (Temporários) deram suporte ao crescimento de 25% nestas modalidades, comparativamente com a performance de 2015.

Regista-se a baixa sinistralidade no Ramo Vida Puro, que atingiu os 1.355 contos, correspondendo a restante sinistralidade do Ramo, naturalmente, a vencimentos e resgates das modalidades financeiras.

4.2 – Ramo Não Vida

Acidentes e Doença

A continuada aposta nestes Ramos suportou um crescimento de 8% tendo os prémios atingido os 170.123 contos contra os 157.433 contos da anuidade anterior.

A sinistralidade situou-se ao nível da última anuidade, atingindo os 30.668 contos contra os 23.033 contos do período homólogo, mantendo-se o excelente ratio de sinistralidade.

Incêndio e Outros Danos

Apesar do crescimento de 4% verificado nas apólices de Incêndio, a inexistência de negócios temporários de *fronting* de construção e montagem da mesma dimensão da anuidade anterior ditaram uma diminuição de 18% deste conjunto de Ramos, passando a valer 150.404 contos, contra os 183.128 contos do exercício anterior.



Os montantes pagos atingiram os 17.025 contos, tendo os custos com sinistros beneficiado da anulação da provisão de processos de sinistro dos anos anteriores entretanto prescritos.

Automóvel

Apesar da forte aposta comercial da nossa congénere neste Ramo, a estratégia da IMPAR baseada na qualidade de uma atempada regulação de sinistros permitiu um crescimento de 12% destes Ramos totalizando os 326.241 contos contra os 289.988 contos do ano passado.

Os custos com sinistros subiram cerca de 12%, atingindo os 137.611 contos contra os 122.313 contos de 2015, representando um rácio de sinistralidade de 42%.

Transportes

A diminuição dos capitais seguros de alguns segmentos determinou a redução de 4% dos prémios nestes Ramos, os quais atingiram o montante de 170.062 contos contra os 177.600 contos de 2015.

A sinistralidade em marítimo casco e no transporte marítimo de mercadorias determinaram os 46.325 contos de custos com sinistros, significativamente abaixo dos 88.823 de 2015 provocados pelo Furacão FRED.

Responsabilidade Civil

Influenciada pela diminuição das RC do Aéreo, estes Ramos tiveram uma diminuição aproximada de 13%, passando a valer 48.318 contos em contraposição com os 55.987 contos do exercício anterior.

A sinistralidade regressou aos níveis habituais atingindo os 3.373 contos contra os excecionais 9.082 contos de 2015 resultantes da RC dos passageiros do naufrágio do F/B Vicente.

Diversos

O aumento das nossas exigências ao nível das contra garantias levou ao decréscimo de 20% na produção deste Ramo, o qual totalizou os 10.124 contos contra os 12.736 contos da anuidade anterior.

Não houve sinistralidade a registar.



4.3 – Resseguro Cedido

Os custos com o Resseguro cedido tiveram um aumento de 5% atingindo 399.859 contos contra os 379.042 de 2015.

As Comissões e Participação nos Resultados de Resseguro Cedido tiveram um ligeiro aumento atingindo os 62.001 contos contra os 61.331 contos do exercício anterior.

Aumentaram-se as capacidades dos Tratados de Resseguro, os quais continuam a contar com a liderança da *MAPFRE* e a participação da *R+V*, *SCOR*, *Nacional de Reaseguros* e *Tranquilidade*.

V – Gestão de Meios

5.1 – Recursos Humanos

A implementação do Gabinete de Secretariado do Conselho de Administração, dando assim o suporte necessário para os diversos projectos em carteira e a contratação de mais um jurista para o Gabinete Jurídico da Companhia foram os factos mais relevantes da anuidade em apreço, contribuindo para fixar em 71 o número de trabalhadores efectivos.

A rotação de quadros a nível de alguns Responsáveis dos Escritórios regionais implicou o reforço da formação dos nossos quadros dessa área e determinou o aumento do número de formações.

Os constrangimentos detectados em algumas Direcções operacionais mereceram uma atenção adequada encontrando-se novas soluções para as demandas recebidas, devidamente enquadradas com a supervisão do Gabinete de Controlo Interno e suporte do Gabinete dos Recursos Humanos.

Renovou-se a atribuição do prémio de produtividade aos nossos Colaboradores, associada à avaliação do desempenho individual, distinguindo assim os mais eficazes e eficientes.

O Balanço Social da IMPAR em 2016 ilustra-se da seguinte forma:



EFFECTIVO	Nº
Nº de Colaboradores	71
Níveis de Qualificação	
Direcção	7
Quadros técnicos	24
Quadros administrativos	34
Outros	6
Sexo	
Homens	23
Mulheres	48
Idade Média	38
Antiguidade Média	8
Remunerações	
Custo com Pessoal	118 709 010
Custo Médio/Colaborador	1 671 958
Movimento de Pessoal	
Permanentes	48
Não Permanentes	23
Formação	
Numero de participantes	55
Formação Interna	38
Formação Externa	17
Numero de horas em acções de Formação	1.455
Custo total Formação	1.506.757

Apesar do aumento de efectivos, a rubrica custos com o Pessoal cresceu apenas 1%.

Em consequência da substituição do Fundo de Promoção à saúde pela apólice de seguro de saúde, o ratio de custos baixou para 28%.



5.2 – Recursos Tecnológicos

A implementação do processo digitalizado de gestão documental merece destaque em 2016, esperando-se obter ganhos significativos a nível da gestão dos dossiers das Apólices, bem como dos processos de sinistros.

VI – Análise Económica e Financeira

Os custos por natureza adicionados das amortizações e provisões, registaram uma significativa redução, passando de 31% para 28%.

A contenção da rubrica Publicidade e Propaganda, e as poupanças geradas pelos novos acordos estabelecidos com as empresas de Comunicação e a diminuição de encargos com trabalhos especializados, contribuíram para a melhoria do aludido ratio.

Os rendimentos dos investimentos, como atrás mencionámos, foram significativamente influenciados pela redução das taxas de juro das aplicações disponíveis no mercado financeiro, redução essa, em parte, provocada pelo excesso de liquidez existente na banca.

O ratio de sinistralidade fixou-se em 27%, potenciando assim a redução de 13,5% dos custos com sinistros líquidos de resseguro e, consequentemente, influenciou a redução do ratio combinado de 67% para 55%.

Este conjunto de factores permitiu à IMPAR manter a performance ao nível de excelência que vem produzindo ao longo desta década, traduzindo-se num resultado líquido de 140.022 contos contra os 138.530 contos da anuidade anterior.

Esses resultados garantem uma rentabilidade aos capitais próprios de 13% e uma rentabilidade sobre as vendas de 15%, situando a IMPAR entre as mais rentáveis empresas do tecido empresarial cabo-verdiano.



O quadro abaixo indicado apresenta os principais indicadores de gestão da IMPAR

(em milhares de contos)

	2013	2014	2015	2016
Prémios brutos emitidos	881.890	874.452	937.332	950.959
Quota de mercado	41,00%	43,00%	43,50%	42,00%
Total de crescimento dos prémios	5,30%	-0,84%	7%	1,45%
Índice de sinistralidade	28,60%	32,00%	36,00%	26%
Expense ratio	30,60%	33,00%	31,20%	28,10%
Combined ratio	58,20%	65,00%	67,20%	55,10%
Resultados Líquidos	110.335	112.307	138.530	140.021
Investimentos	1.483.589	1.578.687	1.496.385	1 469 762
Quantidade de Empregados	67	67	67	71
Prémios por Trabalhador	13.362	13.061	13.990	13.393
Apólices por trabalhador	522	517	521	519
VAB por Trabalhador	5.509	5.492	5.601	5.572
Rendibilidade das Vendas	13%	13%	15%	15%
Capitais Próprios	984.513	1.007.362	1.064.389	1 077 014
Rentabilidade dos Capitais Próprios	11%	11%	13%	13%
Custos de Natureza/Apólice	6,7	6,8	6,8	6,6
Custos com Pessoal/Apólice	3,4	3,5	3,3	3,1
Fornecimentos e Serviços Externos/Apólice	2	2,1	2	1,8
Cobertura da Margem de Solvência	3,5	3,2	4,7	3,15

Apesar dos constrangimentos enfrentados ao longo do ano, os resultados obtidos ficaram dentro dos parâmetros das bem sucedidas anuidades, mantendo índices de rentabilidade muito interessantes para o mercado cabo-verdiano.



6.1. Análise das cobranças

No que respeita às Cobranças, o ano de 2016 revelou os seguintes indicadores:

Evolução de Cobranças e respectivos Indicadores

	2012	2013	2014	2015	2016
I - Saldo de Prémios do ano Anterior	46.488	95.611	75.477	154.128	174.657
II - Abates de Prémios					
III - Prémios Totais Emitidos no Ano	837.808	881.890	874.451	937.332	950.959
IV - Máximo Cobrável	891.350	977.501	949.928	1.093.460	1.125.616
V - Cobrança Efectuadas	788.685	902.024	795.800	918.803	936.285
VI - Saldo de Receitas por Cobrar	95.611	75.477	154.128	174.657	189.331
VII - Provisões para Recibos por cobrar	23.926	40.586	88.175	138.216	156.060

Eficiência de Cobranças (V/IV)	89%	92%	83%	84%	83%
Prémios em Cobrança (VI/III)	11%	8%	17%	16%	20%
Prazo Médio de Cobrança (VI/III)*365 dias	41	28	64	68	72

A ligeira diminuição na performance de cobrança, a qual atingiu os 82%, foi contrabalançada com o reforço das provisões para prémios em cobrança. Deve-se salientar a ligeira melhoria do prazo médio de cobrança, porém abaixo dos objectivos.

6.2. Investimentos

A preparação da estratégia para a alteração do nosso posicionamento na Bancassurance, que nos levou à aquisição da maioritária posição de 51% no BCN – Banco Caboverdiano de Negócios



levou a uma focalização sobre a nossa carteira de Investimentos, a qual teve um aumento de 15% passando a valer 1.727.810 contos contra os 1.496.385 da anuidade anterior. Há que referir que a assumpção de uma posição maioritária no BCN levará ao desinvestimento da posição detida pela IMPAR na Caixa Económica de Cabo Verde.

A acentuada queda das taxas de juros no mercado cabo-verdiano, bem como a ausência do efeito provocado pela dupla distribuição em 2015 de dividendos da CAIXA ECONÓMICA provocaram a diminuição dos rendimentos dos nossos investimentos.

VII – Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe a seguinte afectação dos resultados do exercício:

– Reservas Livres	40.021.967\$00
– Distribuição de Dividendos	100.000.000\$00

VIII – Nota Final

A alternância democrática do poder, trouxe novas políticas, com especial enfoque no sector privado, prenunciadoras da melhoria do ambiente de negócios e consequentemente do investimento directo estrangeiro, beneficiando assim a actividade seguradora.

Aos nossos Clientes, bem como aos Resseguradores e aos Profissionais da Intermediação, o Conselho de Administração apresenta os seus agradecimentos pela colaboração profícua e leal que dispensaram à Companhia.

Palavra especial ao colectivo dos Colaboradores da IMPAR pelo zelo e dedicação demonstrados ao longo deste exigente mas profícuo exercício económico.

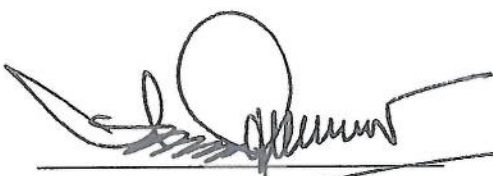
Às Entidades Oficiais e à Entidade de Supervisão da Actividade Seguradora, BCV – Banco de Cabo Verde, expressamos o nosso apreço pela abertura como tem dado às questões colocadas pela IMPAR.

Aos Senhores Accionistas, o Conselho de Administração reafirma, uma vez mais, o seu firme compromisso no sentido de apresentar sempre uma adequada compensação pelo seu investimento.



Mindelo, 15 de Março de 2017

O Conselho de Administração



José António Arez Romão
Presidente



Luís Vasconcelos Lopes
Administrador Delegado



Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administrador



Paulo Jorge de Oliveira Lima
Administrador



Sandra Almiro Coimbra
Administradora



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Exercício: 2016 (01-01-2016 a 31-12-2016)
 Seguradora: IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l.
 Nº. identificação: 200491377

ACTIVO	Exercício			Exercício Anterior 2015
	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	58 693 414,76		58 693 414,76	158 719 707,70
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos financeiros detidos para negociação	596 503 614,16		596 503 614,16	640 775 032,16
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Derivados de cobertura				
Activos disponíveis para venda			0,00	0,00
Empréstimos e contas a receber	180 000 000,00	0,00	180 000 000,00	180 000 000,00
Empréstimos hipotecários				
Empréstimos sobre apólices				
Empréstimos sobre títulos				
Outros empréstimos				
Depósitos junto de empresas cedentes				
Outros depósitos	180 000 000,00		180 000 000,00	180 000 000,00
Contas a receber				
Outros				
Investimentos a deter até à maturidade	144 610 000,00		144 610 000,00	202 786 211,00
Terrenos e edifícios	548 648 750,00	-43 649 028,84	504 999 721,16	438 347 859,16
Terrenos e edifícios de serviço próprio	265 149 973,00	-43 649 028,84	221 500 944,16	216 659 489,16
Terrenos e edifícios de rendimento	283 498 777,00		283 498 777,00	221 688 370,00
Outros activos tangíveis	402 883 586,41	-151 021 431,00	251 862 155,41	45 144 739,41
Inventários	391 354,00		391 354,00	439 149,00
Goodwill				
Outros activos intangíveis	16 137 343,00	-16 137 343,00	0,00	12 852 864,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	396 011 485,00	0,00	396 011 485,00	392 876 151,00
Provisões para prémios não adquiridos	81 983 314,00		81 983 314,00	99 210 087,00
Provisão matemática	5 896 214,00		5 896 214,00	5 447 491,00
Provisão para sinistros	308 131 957,00		308 131 957,00	288 218 573,00
Provisão para participação nos resultados				
Provisão para estabilização de carteira				
Outras provisões técnicas				
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo				
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	241 583 711,43	-167 674 931,07	73 908 780,36	85 076 562,00
Contas a receber por operações de seguro directo	202 705 852,00	-167 674 931,07	35 030 920,93	37 658 833,00
Contas a receber por outras operações de resseguro	17 573 554,00		17 573 554,00	19 732 280,00
Contas a receber por outras operações	21 304 305,43		21 304 305,43	27 685 449,00
Activos por impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Activos por impostos correntes			0,00	0,00
Activos por impostos diferidos			0,00	0,00
Acréscimos e diferimentos	11 816 736,00		11 816 736,00	14 664 930,00
Outros elementos do activo				
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
TOTAL ACTIVO	2 597 279 994,76	-378 482 733,91	2 218 797 260,85	2 171 683 205,43

- (1) - Apenas a parte referente a Terrenos e edifícios de uso próprio
 (2) - Apenas a parte referente a activos tangíveis
 (3) - As rubricas 4734, 4735 e 4736 deverão ser inscritas no activo se tiverem saldo devedor e no passivo se tiverem saldo credor.
 (4) - Apenas a parte referente a activos ou passivos.
 (5) - Apenas a parte referente à rubrica específica.

A Direcção Financeira

Ilalaina Gomes Pio

O Conselho de Administração

Dr. José Azevedo Romão
 Dr. Luís Vasconcelos Lopes
 Sr. Joaquim Alberto Pereira Coimbra
 Eng.º Paulo Jorge Oliveira Lima
 Eng.ª Sandra Patrícia Almeida Coimbra



Exercício: 2016 (01-01-2016 a 31-12-2016)
 Seguradora: IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l.
 N.º Identificação: 200491377

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Exercício			Exercício Anterior 2015
	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital (Ações próprias)	400 000 000,00		400 000 000,00	400 000 000,00
Outros instrumentos de capital				
Reservas de reavaliação	192 831 042,24	0,00	192 831 042,24	220 227 460,24
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	43 281 569,13		43 281 569,13	70 677 987,13
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	27 297 138,00		27 297 138,00	27 297 138,00
Por revalorização de activos intangíveis	122 252 335,11		122 252 335,11	122 252 335,11
Por revalorização de outros activos tangíveis				
Por investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa				
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira				
De diferenças de câmbio				
Reserva por impostos diferidos				
Outras reservas	344 161 301,47		344 161 301,47	305 630 761,12
Resultados transitados				
Resultado do exercício	140 021 967,32		140 021 967,32	138 530 540,35
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	1 077 014 311,03	0,00	1 077 014 311,03	1 064 388 761,71
Interesses minoritários				
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS	1 077 014 311,03	0,00	1 077 014 311,03	1 064 388 761,71
PASSIVO				
Provisões técnicas	960 046 073,00	0,00	960 046 073,00	951 508 376,00
Provisão para prémios não adquiridos	180 613 599,00		180 613 599,00	182 044 892,00
Provisão para seguros e operações do ramo vida	83 525 404,00		83 525 404,00	87 203 900,00
Provisão para sinistros	694 883 013,00	0,00	694 883 013,00	673 605 297,00
De vida	2 660 513,00		2 660 513,00	3 005 700,00
De acidentes de trabalho	73 024 898,00		73 024 898,00	71 794 960,00
De automóvel	328 695 739,00		328 695 739,00	335 408 412,00
De outros ramos	290 601 863,00		290 601 863,00	263 396 225,00
Provisões para participação nos resultados	924 057,00		924 057,00	1 832 942,00
Provisão para estabilização de carteira				
Provisão para riscos em curso			0,00	6 821 345,00
Outras provisões técnicas				
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento				
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Derivados de cobertura				
Passivos subordinados				
Depósitos recebidos de resseguradoras				
Outros				
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo				
Outros credores por operações de seguros e outras operações	111 326 749,00	0,00	111 326 749,00	93 349 310,00
Contas a pagar por operações de seguro directo	9 481 245,00		9 481 245,00	6 574 065,00
Contas a pagar por outras operações de resseguro	59 397 539,00		59 397 539,00	31 602 402,00
Contas a pagar de Empréstimos bancários				
Contas a pagar por outras operações	42 447 965,00		42 447 965,00	55 172 843,00
Passivos por impostos	45 113 215,32	0,00	45 113 215,32	31 449 199,22
Passivos por impostos correntes	45 113 215,32		45 113 215,32	31 449 199,22
Passivos por impostos diferidos				
Acréscimos e diferimentos	8 596 953,00		8 596 953,00	10 621 587,00
Outras provisões	16 699 959,50		16 699 959,50	20 365 971,50
Passivos de um grupo para alienação classificado como delido para venda				
TOTAL PASSIVO	1 141 782 949,82	0,00	1 141 782 949,82	1 107 294 443,72
TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO	2 218 797 260,85	0,00	2 218 797 260,85	2 171 683 205,43

A Direcção Financeira

Itailina Cortes Pio

O Conselho de Administração

Dr. José Azeiteiro Romão
 Dr. Luís Vasconcelos Lopes
 Sr. Joaquim Alberto Vieira Coimbra
 Eng.º Paulo Jorge Oliveira Lima
 Eng.ª Sandra Passos Almeida Coimbra

Handwritten signature of the President of the Board of Directors in blue ink.



Exercício: 2016 (01-01-2016 a 31-12-2016)
 Seguradora: IMPAR-Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l.
 N.º identificação: 200491377

CONTAS DE GANHOS E PERDAS	Exercício				Exercício Anterior
	Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	Total	2015
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	48 993 438,00	486 310 609,00		535 304 047,00	555 724 772,00
Prémios brutos emitidos	75 685 591,00	875 273 745,00		950 959 336,00	937 332 379,00
Prémios de resseguro cedido	-26 692 153,00	-373 167 656,00		-399 859 809,00	-379 835 697,00
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		1 431 293,00		1 431 293,00	-31 255 147,00
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-17 226 773,00		-17 226 773,00	29 483 237,00
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-14 611 959,00	-179 851 343,00		-201 284 647,00	-224 330 159,00
Montantes pagos	-14 646 027,00	-184 889 761,00		-199 535 788,00	-218 467 529,00
Montantes brutos	-16 033 545,00	-207 100 248,00		-223 133 793,00	-261 787 886,00
Parte dos resseguradores	1 387 518,00	22 210 487,00		23 598 005,00	43 320 357,00
Provisão para sinistros (variação)	34 068,00	5 038 418,00		-1 748 859,00	-5 862 630,00
Montante bruto	345 187,00	-22 007 430,00		-21 662 243,00	-105 099 686,00
Parte dos resseguradores	-311 119,00	20 224 503,00		19 913 384,00	106 058 401,00
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		6 821 345,00		6 821 345,00	-6 821 345,00
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4 127 219,00	0,00		4 127 219,00	21 790 555,00
Montante bruto	3 678 496,00			3 678 496,00	21 278 611,00
Parte dos resseguradores	448 723,00			448 723,00	511 944,00
Participação nos resultados, líquida de resseguro	908 885,00			908 885,00	1 314 922,00
Custos e gastos de exploração líquidas	-13 096 137,00	-184 734 321,88	0,00	-197 830 458,88	-213 304 462,73
Custos de aquisição	-6 374 919,00	-94 934 119,00		-101 309 038,00	-107 044 728,00
Custos de aquisição de sinistros (variação)					
Gastos administrativos	-6 721 218,00	-89 800 202,88		-96 521 420,88	-106 259 734,73
Comissões e participação nos resultados de resseguro	11 031 707,00	50 969 472,00		62 001 179,00	61 331 524,00
Rendimentos	0,00	31 912 961,38	0,00	31 912 961,38	43 767 390,81
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		28 928 553,38		28 928 553,38	39 231 766,81
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		2 984 408,00		2 984 408,00	4 535 624,00
Gastos financeiros	0,00	-14 552 189,00	0,00	-14 552 189,00	-12 460 217,00
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		-14 552 189,00		-14 552 189,00	-12 460 217,00
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De activos disponíveis para venda					
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a detor até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	10 616 663,04	0,00	0,00	10 616 663,04	7 786 898,05
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	10 616 663,04			10 616 663,04	7 786 898,05
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De activos disponíveis para venda					
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a detor até à maturidade					
De outros					
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro					
Outras provisões (variação)			-44 010 279,00	-44 010 279,00	-48 138 596,00
Outros rendimentos / gastos			-6 065 776,12	-6 065 776,12	-7 535 593,10
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	47 969 816,04	190 055 188,50	-50 076 055,12	187 948 949,42	185 947 034,03
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos correntes				47 926 982,10	47 415 493,68
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos					
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES MINORITÁRIOS				140 021 967,32	138 530 540,35
Interesses minoritários					
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				140 021 967,32	138 530 540,35

A Direcção Financeira

Itatina Gomes Pio

O Conselho de Administração

Dr. José Azeiteiro Romão
 Dr. Luís Vasconcelos Lopes
 Sr. Joaquim Alberto Vieira Coimbra
 Eng.º Paulo Jorge Oliveira Lima
 Ana Sandra Patrícia Amaro Coimbra



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em ECV

	31/dez/16	31/dez/15
	Valores	Valores
Método Directo		
Actividades operacionais		
Recebimentos de prémios	936 284 765,00	1 071 839 512,00
Recebimentos de reembolsos	44 550 578,00	13 269 516,00
Recebimentos de operações de seguro directo e co-seguro		
Recebimentos de operações de resseguro	219 699 188,00	104 651 881,00
Pagamentos de sinistros	-208 392 519,00	-261 786 552,00
Pagamentos de comissões	-12 658 707,00	-13 320 112,00
Pagamentos de estornos	-34 449 431,00	-43 708 403,00
Pagamentos de operações de co-seguro		
Pagamentos de operações de resseguro	-399 859 809,00	-379 835 697,00
Pagamentos a fornecedores	-56 079 720,00	-65 500 336,00
Pagamentos ao pessoal	-110 404 710,00	-117 352 611,00
Fluxo gerado pelas operações	378 689 635,00	308 257 198,00
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	-35 667 206,00	-73 434 883,00
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	90 565 881,00	15 351 462,34
Fluxo gerado antes das rubricas não correntes	433 588 310,00	250 173 777,34
Recebimentos relacionados com rubricas não correntes	45 287 634,76	10 824 000,56
Pagamentos relacionados com rubricas não correntes		
Fluxo das actividades operacionais (1)	478 875 944,76	260 997 777,90
Actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	75 000 000,00	103 800 000,00
Activos intangíveis		
Subsídios de investimento	2 984 408,00	4 535 624,00
Rendas de propriedades de investimento	14 656 942,00	24 777 991,86
Juros e proveitos similares	19 527 177,00	22 240 673,00
Dividendos		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-253 450 124,00	-20 000 000,00
Activos tangíveis	-21 333 725,00	-8 044 857,00
Activos intangíveis		
Fluxo das actividades de investimento (2)	-162 615 322,00	107 264 038,86
Actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0,00	0,00
Subsídios e doações	0,00	0,00
Venda de acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Amortização de contratos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e custos similares	0,00	0,00
Dividendos	-98 847 500,00	-99 641 750,00
Reduções de capital e prestações similares	0,00	0,00
Aquisições de acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Fluxo das actividades de financiamento (3)	-98 847 500,00	-99 641 750,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	217 413 122,76	268 620 066,76
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	158 719 708,00	109 900 358,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período	58 693 414,76	158 719 708,00



IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, S.A.

Nº de identificação: 100491377 - 297/20101

PERÍODO COMPREENDENDO ENTRE 31 de Dezembro de 2015 a 31 de Dezembro de 2016

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Montante expresso em €

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da entidade individual e empresas-mãe												Incréscimo/decréscimo	Total do Capital Próprio
		Capital reservado	Ações (quotas) próprias	Reservações superiores a outros instrumentos de capital próprio	Premios de Cessão	Reservas Líquidas	Outras reservas	Reservas de revelação	Ajustamentos de Avaliação Financeira	Outras Reservas no capital próprio	Reservas Transitórias	Reserva líquida de Serviço	Total		
Balanco a 31 de Dezembro de 2015		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	80 000 000,00	210 117 761,12	0,00	220 227 408,24	0,00	0,00	136 530 840,35	1 084 328 761,71	0,00	1 084 328 761,71
Correções de erros (IAS 8)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atribuições de Políticas contabilísticas (IAS 8)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de ações próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/Líquidos e líquidos por avaliação de ativos financeiros e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Balanco de abertura alterado em 01 de Janeiro de 2016		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	80 000 000,00	210 117 761,12	0,00	220 227 408,24	0,00	0,00	136 530 840,35	1 084 328 761,71	0,00	1 084 328 761,71
Aumentos/Reduções de capital Transferências de ações próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/Líquidos por ajustes no valor do ativo financeiro e instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/Líquidos por ajustes no valor do ativo financeiro e instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/Líquidos por ajustes no valor do ativo financeiro e instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/Líquidos por ajustes no valor do ativo financeiro e instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/Líquidos por ajustes no valor do ativo financeiro e instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/Líquidos por ajustes no valor do ativo financeiro e instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/Líquidos por ajustes no valor do ativo financeiro e instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos/Líquidos por ajustes no valor do ativo financeiro e instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por avaliação de ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos de avaliação de ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição de reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição de lucros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atribuições de dividendos em espécie		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atribuições de dividendos em espécie		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de ações próprias para o ativo financeiro e instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das alterações do capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2016		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição antecipada de lucros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Balanco a 31 de Dezembro de 2016		400 000 000,00	0,00	0,00	7 513 000,00	80 000 000,00	210 117 761,12	0,00	220 227 408,24	0,00	0,00	136 530 840,35	1 084 328 761,71	0,00	1 084 328 761,71



ANEXO ÀS CONTAS



Notas às Demonstrações Financeiras

1 – Informações Gerais

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l. (“IMPAR ou Companhia”), com Sede Social na Praça Amílcar Cabral, Cidade do Mindelo e Sede Administrativa na Rua Amílcar Cabral, Cidade da Praia, foi criada em 1992, tendo os seus estatutos sido aprovados pelo Boletim Oficial nº 7 de 15 de Fevereiro de 1992. É uma Sociedade Anónima, nos termos do Código de Empresas Comerciais, cabendo a sua gestão ao seu Conselho de Administração, que delega a gestão diária no seu Administrador Delegado.

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, é detida em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 10% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 10% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10% pela JVC – Holding SGPS, SA e os restantes 30% por diversos Accionistas.

Um dos traços marcantes da IMPAR é o da estabilidade da sua estrutura accionista. Naturalmente que a estabilidade accionista e alinhamento estratégico das opções da IMPAR com a visão dos accionistas contribuem decisivamente para que a gestão consiga delinear os principais programas e actividades da Companhia numa perspectiva de médio/longo prazo.

A IMPAR é uma Companhia de Seguros de capital maioritariamente Caboverdiano desenvolve a sua actividade de seguro exclusivamente em Cabo Verde, operando nos ramos Vida e Não Vida, utilizando canais de distribuição que garantem uma ampla cobertura do território nacional, assente na venda directa através de uma rede de 10 delegações próprias, Correctores, Agentes e Mediadores de Seguros e no canal bancário.

Considerando a sua dimensão, tem subscrito contratos de resseguro em praticamente todos os ramos, mas com um enfoque especial nos de maior concentração de risco, como por exemplo o Aéreo, a Responsabilidade Civil e o Marítimo. A estruturação desses contratos de Resseguro está suportada em Tratados de Quota Parte para a generalidade das situações, à exceção dos Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho onde estão estabelecidos Tratados em Excess of Loss. Para além dos Tratados, a IMPAR faz colocação em regime de Resseguro Facultativo para os casos dos negócios especiais, nomeadamente os da Aviação e sempre que as linhas e os limites dos Tratados estejam esgotadas, sendo esses negócios analisados caso a caso pelos Resseguradores.

A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE (Leader) e Nacional Reaseguros, a Alemã R+V, a Francesa SCOR e a Portuguesa Tranquilidade, que para além do suporte dado à nossa capacidade de assumpção de riscos, apoiam igualmente no âmbito da formação dos nossos quadros.



A IMPAR explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utiliza todas as fontes de informação disponíveis para a avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Conforme se encontra evidenciado neste relatório, no ano de 2016 o ramo Vida representou 8% dos prémios brutos emitidos, sendo que destes, 45% correspondeu a produtos financeiros, nomeadamente seguros de Poupança Reforma com taxa técnica garantida e participação nos resultados. Os ramos Não Vida representaram 92% da carteira dos prémios brutos emitidos, onde destacam-se os ramos Automóvel, representando 37% das vendas Não Vida, Acidentes e Doença 19% e Incêndio e Outros Danos em Coisas 17%.

A IMPAR manteve a sua performance ao nível de excelência, traduzidos num resultado líquido de 140.021 contos, contra os 138.530 contos do exercício anterior.

As notas às contas que se seguem, respeitam ao definido no Plano de Contas para as empresas de seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 06 de Março de 2017.

2 - Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A companhia considera como segmento principal o segmento operacional.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou



um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes e agrupam-se como segue:

- Vida

- Não Vida:

- Acidentes de Trabalho
- Incêndio e Outros Danos
- Automóvel
- Outros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as actividades operacionais desenvolvidas pela Companhia apresentam o seguinte detalhe nas principais rubricas de balanço e da demonstração de resultados:

2016	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros danos	Automóvel	Outros	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas							
Prémios brutos emitidos	75 685 591	875 273 745	170 123 532	150 403 771	326 241 177	228 505 265	950 959 336
Prémios de resseguro cedido	26 692 153	373 167 656	38 822 413	144 700 614	14 833 961	174 810 668	399 859 809
Prémios brutos adquiridos	75 685 591	876 705 038	169 102 193	163 681 807	309 468 997	234 452 041	952 390 629
Resultados dos Investimentos	10 616 663	31 912 961	6 382 592	4 433 625	14 360 832	6 735 912	42 529 624
Comissões de Resseguro Cedido	11 031 707	50 969 472	9 434 459	23 437 505	0	18 097 508	62 001 179
Custos com sinistros brutos	15 688 358	229 107 678	32 107 246	-189 419	145 419 173	51 770 678	244 796 036
Custos com sinistros Resseguro Cedido	1 076 399	42 434 990	4 634 864	-11 545 972	2 107 202	47 238 896	43 511 389
Custos de exploração brutos	13 096 137	184 734 322	35 906 087	31 744 056	68 856 107	48 228 072	197 830 459
Resultado técnico	42 933 712	213 581 512	83 739 701	-9 526 322	113 599 970	25 768 163	256 515 224
Rubricas de Balanço							
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	215 766 779	1 294 716 795	135 856 229	160 107 573	735 504 946	263 248 047	1 510 483 574
Provisões técnicas	87 109 974	872 936 099	96 924 547	87 605 658	427 381 950	261 023 944	960 046 073
2015	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros danos	Automóvel	Outros	Total
Rubricas de Ganhos e Perdas							
Prémios brutos emitidos	60 457 236,00	876 875 143,00	157 433 808,00	183 128 940,00	289 988 053,00	246 324 342,00	937 332 379,00
Prémios de resseguro cedido	24 201 411,00	355 634 286,00	43 984 274,00	102 129 556,00	20 756 992,00	188 763 464,00	379 835 697,00
Prémios brutos adquiridos	60 457 236,00	845 619 996,00	155 488 228,00	156 791 974,00	287 814 790,00	245 525 004,00	906 077 232,00
Resultados dos Investimentos	7 786 898,00	43 767 391,00	8 753 479,00	6 485 369,00	19 695 322,00	8 833 221,00	51 554 289,00
Comissões de Resseguro Cedido	9 679 446,00	51 652 078,00	8 672 004,00	20 986 375,00	0,00	21 993 699,00	61 331 524,00
Custos com sinistros brutos	61 472 637,00	305 414 935,00	26 069 013,00	25 128 340,00	154 622 543,00	99 595 039,00	366 887 572,00
Custos com sinistros Resseguro Cedido	450 000,00	148 928 758,00	13 436 078,00	20 386 388,00	38 926 248,00	76 180 044,00	149 378 758,00
Custos de exploração brutos	14 063 358,00	199 241 105,00	35 771 667,00	41 610 043,00	65 890 270,00	55 969 125,00	213 304 463,00
Resultado técnico	-21 363 826,00	260 933 044,00	82 470 415,00	62 119 133,00	107 339 818,00	9 003 678,00	239 569 218,00
Rubricas de Balanço							
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	233 154 461,00	1 412 601 960,00	168 580 993,62	192 607 782,69	792 338 974,49	259 074 209,20	1 645 756 421,00
Provisões técnicas	92 042 542,00	859 465 834,00	92 659 673,00	120 430 902,00	408 370 875,00	238 004 384,00	951 508 376,00



3 - Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da IMPAR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, nos termos do Aviso nº 3/2010 e Aviso nº4/2010, de 28 de Junho, que introduzem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguro em Cabo Verde e definem o plano de contas para as empresas de seguros com reporte e publicação de informação contabilística e demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

O actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS). Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Em 2011, a IMPAR adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. As demonstrações financeiras estão expressas em escudos de Cabo Verde, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja



valorização não é suportada por outras fontes, sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas.

Principais Políticas Contabilísticas e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Ainda que actualmente a Impar não tenha qualquer subsidiária, de acordo com o IAS 39, a Companhia definiu o princípio de valorizar os investimentos em subsidiárias ao justo valor.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em associadas ao justo valor.

Activos financeiros

Classificação:

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
- Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
- Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:



- Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);
- Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação, ou seja, quando a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.



O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando a melhor informação disponível, que, na ausência de informação sobre preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, pode ser o valor contabilístico das entidades, com base nas suas demonstrações financeiras mais atualizadas.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando



classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de Transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo. Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos



de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispendios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos



utilizando o método da taxa de juro efectiva. No decurso da sua actividade, a IMPAR apenas cede negócio, não aceitando qualquer negócio de resseguro.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a pagar a resseguradores decorrentes de prémios cedidos e valores a receber decorrentes de comissões e participação dos resseguradores nos custos com sinistros. Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro directo.

Benefícios aos empregados

Pensões - A Companhia não assumiu qualquer responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões ou complementos de reforma por velhice ou invalidez

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias - Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a 1 mês de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor em Cabo Verde e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de cálculo. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.



Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, passíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos, pelo que é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da IMPAR de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Dividendos recebidos

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.



Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos no Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.



Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas e (iiii) provisão para riscos em curso. Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.



4 – Natureza e extensão das Rúbricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração. A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente. As políticas de investimento adoptadas pela IMPAR, devidamente formalizadas, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2016 a política de investimento, foi da responsabilidade directa do Conselho de Administração, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio, essencialmente face ao dólar dos Estados Unidos da América (USD), relativa aos contratos com os resseguradores. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade, por força do supra mencionado, resulta numa perda imaterial para a Companhia.

A Impar, nos poucos negócios celebrados em USD, mitigou o risco cambial nos seus negócios mediante a cobrança ao cliente do câmbio efectivo da data da transferência, ou seja, o risco cambial é totalmente transferido para o Cliente.

Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. Com a ressalva do preço de aquisição ser inferior nas cotadas em Bolsa, logo geradoras de flutuações de valor com impacto positivo de aproximadamente 45 mil contos nos Capitais Próprios da Companhia.



Acções - descida de 10% nos valores de mercado bolsistas: teria um impacto sobre essas flutuações de valor de ECV de 49 243 contos.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis que são propriedade da Companhia representam cerca de 19% dos activos expostos a este risco. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Imóveis - Descida de 10% no valor dos imóveis: teria o impacto de mECV 28.349

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através das pensões.

O cenário de descida de taxas é o único que poderá implicar perda de valor para a Companhia.

Risco de *spread*

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. Não existe na IMPAR qualquer exposição a derivados de crédito.

Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;



- › Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- › Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- › Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- › Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- › Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A Ímpar pratica uma política de resseguro cedido com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes

Área de análise	Cenários	Impacto resultados antes impostos	
		2016	2015
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	10 064 232	10 875 441
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração líquidos de resseguro	19 783 046	21 330 446
Rendimentos	Redução de 1% nas taxas de remuneração dos depósitos e obrigações	200 180	247 780

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

Construção 38% Imóveis e IMOPAR

Transportes 3% - Obrigações TACV

Energia 1% - Acções Enacol e Obrigações Electra



Financeiro 33% - Acções na CECV

Industrial 4% - Obrigações Inpharma e Acções Sita

Tecnologia 1% - Acções na CV Telecom e na GMT

Depósitos a Prazo e Obrigações – 20%

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais e associadas, Activos Financeiros detidos para negociação, Activos Financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Activos disponíveis para venda. São excluídos nesta análise por razões de coerência dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. No âmbito da gestão de risco, são definidos procedimentos para mitigação deste risco, elaborando para tal a Companhia um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread. Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da sua evolução.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);



- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na IMPAR face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Segurança no acesso às instalações;
- Segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Política de gestão de recursos humanos;
- Programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;
- Plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respectivo plano;
- Plano de continuidade de negócio, que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações. Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, destacamos as seguintes:

- Políticas de prevenção da fraude, recursos humanos, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Procedimentos formais para monitorização do cumprimento dos diversos prazos legais a que a IMPAR se encontra sujeita.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;



- Falhas no processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes.

Neste sentido, das principais medidas que a IMPAR implementou para fazer face ao risco reputacional, destacam-se:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos no âmbito da gestão de reclamações;

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

A estrutura organizativa que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direcções Operacionais , as quais assumem a função de áreas responsáveis;
- Um segundo nível representado pelo Gabinete de Controle Interno e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos;
- Um terceiro nível representado pelo Conselho de Administração.

O Sistema de Controlo Interno na IMPAR encontra-se devidamente formalizado, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos e seus responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;
- Controlos e sua avaliação;
- Recomendações.

Solvência

A IMPAR monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes em mECV:



	2016	2015
Elementos constitutivos do fundo de garantia	977 014	951 535
Margem de solvência a constituir	310 599	202 208
Resultado na óptica dos prémios	280 336	194 353
Resultado na óptica dos sinistros	90 225	62 585
Fundo de garantia mínimo legal (Vida e Não Vida)	37 500	12 500
Excesso/insuficiência da margem de solvência	666 414	749 327
Taxa de cobertura da margem de solvência	315%	471%

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2016	2015
Rácio de Sinistralidade	27%	36%
Rácio de Aquisição	1,7%	1,7%
Rácio Administrativo	22%	24%
Rácio Combinado	55%	67%

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:



Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com as instruções do Banco de Cabo Verde, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas do BCV, o diferimento destes custos está limitado a 18% da provisão para prémios não adquiridos.



Balço				2015			
Ramos / Grupo ramos				Ramos / Grupo ramos			
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida		PPNA bruta	CAD	PPNA líquida
Acidentes de trabalho	2 252 348,78	405 422,78	1 846 926,00	Acidentes de trabalho	1 414 658,54	254 638,54	1 160 020,00
Acidentes pessoais e doença	14 206 321,95	2 557 137,95	11 649 184,00	Acidentes pessoais e doença	13 798 476,83	2 483 725,83	11 314 751,00
Incêndio e outros danos	76 387 542,68	13 749 757,68	62 637 785,00	Incêndio e outros danos	92 580 269,51	16 664 448,51	75 915 821,00
Automóvel	89 180 732,93	16 052 531,93	73 128 201,00	Automóvel	68 726 854,88	12 370 833,88	56 356 021,00
Marítimo, aéreo e transportes	22 097 281,71	3 977 510,71	18 119 771,00	Marítimo, aéreo e transportes	21 052 185,37	3 789 393,37	17 262 792,00
Responsabilidade civil geral	9 676 164,63	1 741 709,63	7 934 455,00	Responsabilidade civil geral	13 925 489,02	2 506 588,02	11 418 901,00
Crédito e caução	6 460 093,90	1 162 816,90	5 297 277,00	Crédito e caução	10 508 031,71	1 891 445,71	8 616 586,00
Outros	0,00	0,00	0,00	Outros	0,00	0,00	0,00
Total	220 260 486,59	39 646 887,59	180 613 599,00	Total	222 005 965,85	39 961 073,85	182 044 892,00

Ganhos e perdas				2015			
Ramos / Grupo ramos				Ramos / Grupo ramos			
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida		PPNA bruta	CAD	PPNA líquida
Acidentes de trabalho	837 690,24	150 784,24	686 906,00	Acidentes de trabalho	-545 710,98	-98 227,98	-447 483,00
Acidentes pessoais e doença	407 845,12	73 412,12	334 433,00	Acidentes pessoais e doença	2 918 369,51	525 306,51	2 393 063,00
Incêndio e outros danos	-16 192 726,83	-2 914 690,83	-13 278 036,00	Incêndio e outros danos	32 118 251,22	5 781 285,22	26 336 966,00
Automóvel	20 453 878,05	3 681 698,05	16 772 180,00	Automóvel	2 650 320,73	477 057,73	2 173 263,00
Marítimo, aéreo e transportes	1 045 096,34	188 117,34	856 979,00	Marítimo, aéreo e transportes	-5 735 476,83	-1 032 385,83	-4 703 091,00
Responsabilidade civil geral	-4 249 324,39	-764 878,39	-3 484 446,00	Responsabilidade civil geral	5 053 571,95	909 642,95	4 143 929,00
Crédito e caução	-4 047 937,80	-728 628,80	-3 319 309,00	Crédito e caução	1 656 707,32	298 207,32	1 358 500,00
Outros	0,00	0,00	0,00	Outros	0,00	0,00	0,00
Total	-1 745 479,27	-314 186,27	-1 431 293,00	Total	38 116 032,93	6 860 885,93	31 255 147,00

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática nos ramos Automóvel e de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2016 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pela Junta Médica e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2016 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença (pensões presumíveis).

Desagregação dos Custos com sinistros do seguro directo:

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Varição da	Custos
	Prestações	Custos de gestão imputados	Provisão Sinistros	com sinistros
	-1	-2	-3	(1) + (2) + (3)
Vida	14 927 924,00	1 105 621,00	-345 187,00	15 688 358,00
Total I	14 927 924,00	1 105 621,00	-345 187,00	15 688 358,00
Não Vida				
Acidentes de trabalho	25 130 827,00	1 289 858,00	1 232 438,00	27 653 123,00
Acidentes pessoais e doença	1 085 229,00	148 698,36	3 220 196,00	4 454 123,36
Incêndio e outros danos	17 025 017,00	2 332 772,23	-19 547 208,00	-189 418,77
Automóvel	135 216 598,00	7 808 072,00	2 394 503,00	145 419 173,00
Marítimo, aéreo e transportes	10 412 236,00	1 426 687,27	35 912 854,00	47 751 777,27
Responsabilidade civil geral	4 578 688,00	627 373,01	-1 205 272,00	4 000 789,01
Crédito e caução	16 000,00	2 192,32	-81,00	18 111,32
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total II	193 464 595,00	13 635 653,20	22 007 430,00	229 107 678,20
	208 392 519,00	14 741 274,20	21 662 243,00	244 796 036,20

Desagregação da Provisão para Sinistros do seguro directo:

Ramo / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31 dez 2015	Sinistros pagos em 2016	Provisão para sinistros em 31 dez 2016	Reajustamentos
	-1	-2	-3	(3) + (2) - (1)
Vida	3 005 700,00	14 927 924,00	2 660 513,00	14 582 737,00
Total I	3 005 700,00	14 927 924,00	2 660 513,00	14 582 737,00
Não Vida				
Acidentes de trabalho	71 794 960,00	25 130 827,00	73 024 898,00	26 360 765,00
Acidentes pessoais e doença	7 183 343,00	1 085 229,00	10 403 539,00	4 305 425,00
Incêndio e outros danos	44 515 081,00	17 025 017,00	24 967 873,00	-2 522 191,00
Automóvel	352 014 854,00	135 216 598,00	354 253 749,00	137 455 493,00
Marítimo, aéreo e transportes	176 469 059,00	10 412 236,00	212 381 913,00	46 325 090,00
Responsabilidade civil geral	18 622 219,00	4 578 688,00	17 290 528,00	3 246 997,00
Crédito e caução	81,00	16 000,00	0,00	15 919,00
Protecção jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total II	670 599 597,00	193 464 595,00	692 322 500,00	215 187 498,00
	673 605 297,00	208 392 519,00	694 983 013,00	229 770 235,00



Provisão matemática

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais definidos pelo Banco de Cabo Verde e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2016 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos termos da legislação em vigor, aplica-se a tabela de mortalidade PF 60/64, com uma taxa de juro de 6% e encargos de gestão de 4%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte. O montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para o resseguro cedido



A provisão para o resseguro cedido é determinado aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo.

Representação das Provisões Técnicas

As Provisões técnicas encontram-se representadas por activos (nota 6) nos termos da legislação em vigor, como se demonstra:

	2016	2015
Provisões técnicas do seguro directo		
Provisão para sinistros	694 983 013	673 605 297
Provisão para riscos em curso	-	6 821 345
PPNA	180 613 599	182 044 892
Provisões matemáticas ramo vida	83 525 404	87 203 900
Provisão para participação nos resultados	924 057	1 832 942
	960 046 073	951 508 376
Ativos a representar provisões técnicas	1 055 778 675	1 094 160 563
Superavit	95 732 602	142 652 187

6 - Instrumentos financeiros

O resumo da decomposição das participações e instrumentos financeiros é apresentado como segue:

	2016				2015
	Custo	Reserva / Flutuação	Imparidade	Valor Balanço	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
de emissores públicos	15 000 000,00	0,00	-15 000 000,00	0,00	45 000 000,00
de outros emissores	94 610 000,00	0,00	0,00	94 610 000,00	44 610 000,00
Acções	403 857 931,00	164 692 684,00	-22 047 000,00	546 503 615,00	595 775 032,00
Outros títulos de rendimento variável	280 000 000,00	0,00	0,00	280 000 000,00	280 000 000,00
Imóveis	548 648 750,00		0,00	548 648 750,00	531 000 024,00
Total	1 342 116 681,00	164 692 684,00	-37 047 000,00	1 469 762 365,00	1 496 385 056,00

As acções representativas de partes de capital em outras empresas, detidas pela IMPAR, detalham-se como se segue:



Descrição	Valorização	QTD	P.U. Aquis.	Valor Aquisição	Suprimentos	Ajustamentos	Valor em 31Dez2016	Valor em 31Dez2015
CECV - Caixa Económica de Cabo Verde, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	168 032	1 880	315 947 288		173 025 832	488 973 120	520 899 200
ENACOL, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	1 500	2 100	3 150 000		315 000	3 465 000	4 200 000
Cabo Verde Fast Ferry, Lda	Custo amortizado	5 000	1 000	5 000 000		(5 000 000)	-	-
Cabo Verde Fast Ferry, Lda	Custo amortizado	10 000	1 000	10 000 000		(10 000 000)	-	-
CVTECOM, S.a.r.l.	Justo Valor - equivalência patrimonial	1 500	4 800	7 200 000		2 916 000	10 116 000	10 116 000
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, SA	Justo Valor - equivalência patrimonial	23 822	2 200	51 513 643		(11 564 148)	39 949 495	34 684 833
IMOPAR, S.a.r.l.	Custo amortizado	4 000	1 000	4 000 000			4 000 000	4 000 000
GMT - Cabo Verde, SA	Custo amortizado	7 500	2 750	20 625 000	1 422 000	(22 047 000)	-	21 875 000
Total				417 435 931	1 422 000	127 645 684	546 503 615	595 775 033

As Obrigações detalham-se como se segue:

Descrição	Saldo 31Dez16	Qtd	Tx Juro	Data Venc.
Obrigações Inpharma	15 089 000	15 089	7%	2019
Obrigações Ecobank	20 000 000	20 000	6,50%	2017
Obrigações Electra	9 521 000	9 251	6,65%	2017
Obrigações TACV	50 000 000	50 000	6%	2031
	94 610 000			

As Obrigações totalizam o montante de 94.610 contos, sendo que deste montante 50.000 Contos, foram subscritos neste exercício, respeitantes a 5.000 Obrigações da TACV – Transportes Aéreos de Cabo Verde, a uma taxa de juro de 6% com vencimento no ano 2031. Os restantes Títulos Obrigacionistas, da Inpharma, Electra e Ecobank foram subscritos em exercícios anteriores.

Os Depósitos a Prazo, em 31 de Dezembro de 2016, apresentam a seguinte composição:

Conta	Saldo 31 Dez 16	Tx Jurc	Data Abert.	Data Venc.
Conta nº 2066321.20.1	100 000 000	5,25%	04/jan/16	03/jan/17
Conta nº 2336433.20.2	50 000 000	5,25%	18/jan/16	17/jan/17
Conta nº 2336433.20.1	30 000 000	5,25%	04/jan/16	03/jan/17
Conta nº 2336433.20.4	50 000 000	5,25%	25/ago/16	24/ago/17
Conta nº 2066321.20.2	50 000 000	4,00%	22/ago/16	21/ago/17

Os rendimentos de investimentos foram significativamente influenciados pela redução das taxas de juro das aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro, em parte provocada pelo excesso de liquidez existente na banca.

8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica apresenta-se como segue:



	2016	2015
Caixa	3 664 940	37 636 621
Depósitos em instituições de crédito	55 028 475	121 083 087
	58 693 415	158 719 708

9 – Terrenos e Edifícios

Descrição	2016	2015
Edifícios		
Escritório da Assomada - Stª Catarina	10 621 005	10 621 005
Escritório em Stª Maria - Sal	8 421 050	8 421 050
Armazém na Achada Grande Frente	60 000 000	60 000 000
Apartamento na Achada Stº António - Edifício Europa	7 750 000	7 750 000
Escritório na Achada Stº António	21 514 530	7 500 000
Edifício do Escritório Sede Administrativa - Praia	105 360 743	105 360 743
Escritório nos Espargos - Sal	24 585 374	24 585 374
Edifício Sede Social - Mindelo	49 831 123	49 831 123
Edifício de Confeções Porto Grande	80 000 000	80 000 000
Edifício de Ex-Edilter	14 659 728	14 659 728
Apartamento em Monte Sossego	6 693 000	6 693 000
Pardieiro comprado ao Sr. Furtado	10 000 000	10 000 000
Edifício da Farmácia Africana	23 000 000	23 000 000
Armazém da Ex-COMAT	25 977 823	25 977 823
Apartamento em Terra Branca	3 634 196	
	452 048 572	434 399 846
Terrenos		
Terreno Sede Administrativa - Praia	9 046 720	9 046 720
Terreno do Porto Novo - Stº Antão	1 189 428	1 189 428
Terreno do Escritório Espargos - Sal	8 000 000	8 000 000
Terreno Sede Social - Mindelo	18 830 000	18 830 000
Terreno nos Espargos - Sal	587 719	587 719
Terreno na Boavista	770 100	770 100
Terreno em Palha Sé - Praia	58 176 211	58 176 211
	96 600 178	96 600 178
Total	548 648 750	531 000 024

O Edifício das Confeções Porto Grande tem associado um penhor de cerca de 7 mil contos removíveis com uma garantia, não tendo o Conselho de Administração achado necessário a sua remoção.

No ano de 2016 regista-se uma valorização de 14 mil contos no Escritório sito na Achada Santo António, Praia, em decorrência das obras de remodelação feitas, enquadrado na estratégia da Companhia de adequar-se às reais expectativas dos segurados e potenciais clientes. Igualmente regista-se na rubrica edifícios de rendimento, a aquisição de um



apartamento em Terra Branca Praia, em dação de cumprimento de um seguro de Caução, no montante de 3.634 contos.

10 - Outros Activos Fixos Tangíveis e Inventários

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	2016	2015
Imobilizado tangível		
Valor bruto	187 592 483	166 258 759
Depreciação acumulada	-151 021 431	-140 579 448
	36 573 068	25 681 326
Imobilizado intangível		
Valor bruto	16 137 343	23 611 093
Amortização acumulada	-16 137 343	-10 758 229
	0	12 852 864
Inventários	391 354	439 149
	36 964 422	38 973 339

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2016 foi o seguinte:



Activos fixos tangíveis	2015	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES/ ABATES/ ANULAÇÕES	2016
Equipamento Administrativo	43 665 982	2 488 926		46 154 908
Máquinas e Ferramentas	7 251 271	-		7 251 271
Equipamento Informático	54 187 194	2 154 273		56 341 467
Instalações Interiores	3 841 464	177 000		4 018 464
Material de Transporte	53 815 754	16 796 000	(1 980 000)	68 631 754
Outro Equipamento	1 905 924	1 697 526		3 603 450
Património Artístico	1 591 170	-	-	1 591 170
Equipamento em locação financeira -Outro equipamento	-	-	-	-
	166 258 759	23 313 725	(1 980 000)	187 592 484
Depreciações Acumuladas				
Equipamento Administrativo	38 048 673	1 713 019		39 761 692
Máquinas e Ferramentas	6 382 134	124 162		6 506 296
Equipamento Informático	51 922 755	2 004 572		53 927 327
Instalações Interiores	3 080 938	315 819		3 396 757
Material de Transporte	38 422 270	7 242 379	(1 485 000)	44 179 649
Património Artístico	1 560 671	22 498		1 583 169
Outro Equipamento	1 162 007	504 534		1 666 541
	140 579 448	11 926 983	(1 485 000)	151 021 431
Activos em curso	2015	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES/ ABATES	2016
Imobilizações Corpóreas		2 450 471		2 450 471
Edifícios		476 758		476 758
Imobilizações Incorpóreas				-
Investimentos Financeiros:				-
Projecto Leasing		8 913 750		8 913 750
Banco Caboverdiano de Negócios		126 169 924		126 169 924
Caixa Económica de Cabo Verde		77 280 200		77 280 200
		215 291 103	-	215 291 103
Total	25 679 311	226 677 845	(495 000)	251 862 156

As aquisições do ano nos activos fixos tangíveis respeitam essencialmente:

- Equipamentos administrativos, aquisição de mobiliários para o Escritório da Achada Santo António enquadrado na estratégia de remodelação e adequação;
- Equipamentos informáticos, aquisição de seis computadores para substituição de alguns postos antigos por novos, em particular nos Escritórios periféricos; aquisição de uma NAS NETGEAR ReadyNAS, para suporte de backups;
- Transporte, substituição das viaturas do Administrador Delegado e de três Directores;



- Outros, aquisição de equipamentos para modernização dos balcões com sistema de atendimento informatizado, instalação de sistema de vídeo-vigilância nos Escritórios e aquisição de letreiro luminoso para o Escritório da Achada Stº António.

Quanto aos activos em curso:

- Nas imobilizações corpóreas, adiantamentos referente aquisição equipamentos para implementação da gestão documental;
- Adiantamento de 20% do contrato de aquisição da maioritária posição de 51% no BCN – Banco Caboverdiano de Negócios;

Os Inventários dizem respeito fundamentalmente aos salvados

11 - Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais, a IMPAR é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites legalmente estabelecidos pelo BCV.

Os activos afectos e não afectos às carteiras que a Companhia explora são como se segue:



INVESTIMENTOS

Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Vida

	2016	%	2015	%
Títulos de Dívida - De outros emissores públicos - Obrigações	44 610 000	22%	44 610 000	22%
Depósitos bancários	100 000 000	49%	100 000 000	49%
Títulos de Dívida - De dívida Pública - Obrigações	-	-	-	-
Títulos de Dívida - De outros emissores - Obrigações	-	-	-	-
Terrenos	58 176 211	29%	58 176 211	29%
	202 786 211	14%	202 786 211	14%

Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Não Vida

Edifícios				
Títulos de dívida - De outros emissores - Obrigações	50 000 000	6%	45 000 000	5%
Depósitos bancários	-	0%	30 000 000	3%
Terrenos	18 236 148	2%	18 236 148	2%
Edifícios	238 252 702	28%	224 238 172	25%
Imparidade de terrenos e edifícios (-)	-	-	-	-
Edifícios	-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	546 503 614	64%	573 900 032	64%
	852 992 464	58%	891 374 352	60%

Investimentos não afectos

Terrenos	20 187 819	5%	20 187 819	5%
Edifícios	213 795 870	52%	210 161 674	52%
Activos financeiros disponíveis para venda		0%		0%
Títulos de dívida - De dívida pública - Obrigações	15 000 000	4%	15 000 000	4%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	22 047 000	5%	21 875 000	5%
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (-)	(37 047 000)	-9%	(15 000 000)	-4%
Depósitos bancários	180 000 000	43%	150 000 000	37%
	413 983 689	28%	402 224 493	27%

TOTAL INVESTIMENTOS

	1 469 762 364	100%	1 496 385 056	100%
--	----------------------	-------------	----------------------	-------------

13 – Outros Activos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Contas a receber" tinha a seguinte composição:



	2016	2015
Activo Bruto		
Tomadores de seguros	12 471 991	18 274 536
Recibos por cobrar	189 331 189	174 656 618
Reembolsos de sinsitros	902 672	1 187 199
Resseguro	17 573 554	19 732 280
Outros	21 304 305	27 685 449
	241 583 711	241 536 082
Ajustamentos		
Recibos por cobrar	(156 060 550)	(138 216 293)
Créditos de cobrança duvidosa	(11 614 381)	(18 243 227)
	(167 674 931)	(156 459 520)
Activo Líquido	73 908 780	85 076 562

Os ajustamentos foram reforçados em 2016 no montante de 11.215 contos, contra 56.391 mECV em 2015. De acordo com as políticas definidas pela IMPAR, a imparidade constituída deve ser suficiente para cobrir todos os recibos à cobrança no final de cada exercício, deduzidos dos recibos entretanto cobrados e de valores a receber de entidades institucionais, essencialmente Estado.

Diferimentos

O saldo desta rubrica no Activo inclui, essencialmente: a especialização dos rendimentos (juros) relativos a depósitos bancários e obrigações.

O valor registado no Passivo corresponde essencialmente a (i) estimativa com subsídio de férias a pagar aos trabalhadores e (ii) dos impostos sobre os juros especializados.



	2016	2015
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	11 816 736	13 872 260
Rendas e alugueres	-	792 670
	11 816 736	14 664 930
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	6 326 106	6 021 316
Outro acréscimos de custos	2 270 847	4 600 271
	8 596 953	10 621 587
Outras Provisões	16 699 959	20 365 971

Provisões

A IMPAR tem constituído provisões no montante de 16.699 contos decorrentes de um litígio com a Administração Fiscal, correspondendo o valor provisionado à totalidade do valor reclamado.

Resseguradores

A Companhia dilui o risco contratado através de negócios de Resseguro Cedido com a seguinte composição:

Ramo / Grupo Ramos	Típ de Resseguro
Vida	Quota parte
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais e doença	SURPLUS
Incêndio e outros danos	SURPLUS
Riscos catastróficos	Excesso de perdas (XL)
Marítimo Casco	Quota parte / SURPLUS
Mercaçorias transportadas	Quota parte / SURPLUS
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Aviação	Facultativo
Responsabilidade civil geral	Quota parte
Crédito e caução	Não temos



Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos”, apresentava os seguintes saldos:

	2016	2015
Retenção de imposto na fonte	1 854 237	1 434 861
Imposto Sobre Rendimento	28 147 265	18 235 771
Imposto de selo	8 643 367	5 609 561
Taxas para a Autoridade de Controlo	3 875 513	3 935 160
Contribuições para a segurança social	2 592 833	2 233 848
	45 113 215	31 449 201

Os saldos acima correspondem, essencialmente, ao processamento das retenções efectuadas no último mês do exercício, em particular, no processamento de remunerações do pessoal e dos honorários e contribuições da Companhia para a Previdência Social e para entrega ao Estado, bem como imposto selo sobre apólices.

Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica “Outras contas a pagar” incluía basicamente:

	2016	2015
Contas a pagar por operações de seguro directo	9 481 245	6 574 065
Resseguradores	59 397 539	31 602 402
Contas a pagar por outras operações	42 447 965	55 172 843
Estado	45 113 215	31 449 199
	156 439 964	124 798 509

14 – Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios emitidos do seguro directo nos períodos de 2016 e de 2015 tiveram a seguinte decomposição:



Ramo / Grupo Ramos	Prémios brutos emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
	2016	%	2015	%	2016	2015	2016	%	2015	%
Vida	75 685 591,00	8%	60 457 236,00	6%	0,00	0,00	75 685 591,00	8%	60 457 236,00	7%
Total I	75 685 591,00	8%	60 457 236,00	6%	0,00	0,00	75 685 591,00	8%	60 457 236,00	7%
Não Vida										
Acidentes de trabalho	100 416 893,00	11%	83 905 467,00	10%	686 906,00	-447 483,00	99 729 987,00	11%	84 352 950,00	10%
Acidentes pessoais e doença	69 706 639,00	8%	73 528 341,00	8%	334 433,00	2 393 063,00	69 372 206,00	8%	71 135 278,00	8%
Incêndio e outros danos	150 403 771,00	17%	183 128 940,00	21%	-13 278 036,00	26 336 966,00	163 681 807,00	19%	156 791 974,00	19%
Automóvel	326 241 177,00	37%	289 988 053,00	33%	16 772 180,00	2 173 263,00	309 468 997,00	35%	287 814 790,00	34%
Marítimo, aéreo e transportes	170 062 328,00	19%	177 600 580,00	20%	856 979,00	-4 703 091,00	169 205 349,00	19%	182 303 671,00	22%
Responsabilidade civil geral	48 318 487,00	6%	55 987 666,00	6%	-3 484 446,00	4 143 929,00	51 802 933,00	6%	51 843 737,00	6%
Crédito e caução	10 124 450,00	1%	12 736 096,00	1%	-3 319 309,00	1 358 500,00	13 443 759,00	2%	11 377 596,00	1%
Outros	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Total II	875 273 745,00	92%	876 875 143,00	94%	-1 431 293,00	31 255 147,00	876 705 038,00	92%	845 619 996,00	93%
Total I + II	950 959 336,00	1,00	937 332 379,00	1,00	-1 431 293,00	31 255 147,00	952 390 629,00	1,00	906 077 232,00	1,00

Os prémios de resseguro cedido como seguem:

Ramo / Grupo Ramos	Prémios brutos emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos			
	2016	%	2015	%	2016	2015	2016	%	2015	%
Vida	26 692 153,00	7%	24 201 411,00	6%	0,00	0,00	26 692 153	6%	24 201 411	7%
Total I	26 692 153,00	7%	24 201 411,00	6%	0,00	0,00	26 692 153,00	6%	24 201 411,00	7%
Não Vida										
Acidentes de trabalho	3 225 252	1%	3 225 378	1%	0	0	3 225 252	1%	3 225 378	1%
Acidentes pessoais e doença	35 597 161	10%	40 758 896	11%	242 456	-1 568 355	35 839 617	9%	39 190 541	12%
Incêndio e outros danos	144 700 614	39%	102 129 556	29%	14 364 135	-25 530 811	159 064 749	41%	76 598 745	23%
Automóvel	14 833 961	4%	20 756 992	6%	0	0	14 833 961	4%	20 756 992	6%
Marítimo, aéreo e transportes	129 788 133	35%	143 687 066	40%	-627 726	631 398	129 160 407	33%	144 318 464	44%
Responsabilidade civil geral	41 879 795	11%	43 028 218	12%	3 247 908	-3 015 469	45 127 703	12%	40 012 749	12%
Crédito e caução	3 142 740	1%	2 048 180	1%	0	0	3 142 740	1%	2 048 180	1%
Outros	0	0%	0	0%	0	0	0	0%	0	0%
Total II	373 167 656	93%	355 634 286	94%	17 226 773	-29 483 237	390 394 429	94%	326 151 049	93%
Total I + II	399 859 809,00	1,00	379 835 697,00	1,00	17 226 773,00	-29 483 237,00	417 086 582,00	1,00	350 352 460,00	1,00

15 – Comissões Recebidas de Contratos de Resseguro



Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ramo / Grupo Ramos	2016	2015
Vida	11 031 707,00	9 679 446
Total I	11 031 707,00	9 679 446,00
Acidentes de trabalho	0	0
Acidentes pessoais e doença	9 434 459	8 672 004
Incêndio e outros danos	23 437 505	20 986 375
Automóvel	0	0
Marítimo, aéreo e transportes	10 313 039	15 234 539
Responsabilidade civil geral	7 470 195	6 554 342
Crédito e caução	314 274	204 818
Outros	0	0
Total II	50 969 472	51 652 078
Total I + II	62 001 179,00	61 331 524,00

16 – Rendimentos / Réditos de Investimentos



	2016	2015
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo vida		
Obrigações - Outros emissores	5 361 098	7 786 898
Outros Depósitos	5 255 565	-
	10 616 663	7 786 898
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida		
Seguro de Acidentes de Trabalho		
De rendimento - Edifícios	596 881	907 126
Acções	3 905 435	4 448 135
Outros Depósitos	1 880 276	3 398 218
	6 382 592	8 753 479
Seguro Automóvel		
De rendimento - Edifícios	1 342 984	2 041 030
Acções	8 787 229	10 008 302
Outros Depósitos	4 230 620	7 645 990
	14 360 832	19 695 322
Outros Seguros		
De rendimento - Edifícios	1 044 543	1 587 468
Acções	6 834 512	7 784 237
Outros Depósitos	3 290 482	5 946 885
	11 169 537	15 318 590
Total	42 529 624	51 554 289

Em 2016 a Companhia tem registado rendimentos de juros de obrigações de depósitos a prazo no valor de 10 616 contos que representam 25% do total dos rendimentos obtidos de investimentos, que se encontram afectos as provisões técnicas do ramo Vida.

Em 2016 a IMPAR recebeu 19 527 contos de dividendos das participações na CV Telecom, SITA, Caixa Económica de Cabo Verde e Enacol.

Durante o exercício 2016 a Companhia registou rendimentos de Edifícios no valor global de 2 984 contos.

21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:



- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de colaboradores afectos a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2016, é a seguinte:

2016	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	9 496 745,00	64%	49 857 793,00	56%	59 354 472,00	64%	0,00	0%	118 709 010,00	56%
Fornecimentos e serviços externos	4 290 372,00	29%	22 524 295,00	25%	26 814 582,00	29%	0,00	0%	53 629 249,00	25%
Impostos	0,00	0%	11 069 664,00	13%	5 004 523,00	5%	0,00	0%	16 074 187,00	8%
Amortizações	954 157,00	6%	5 009 331,00	6%	5 963 495,00	6%	14 552 189,00	100%	26 479 172,00	13%
Provisões para riscos e encargos	0,00	0%	0,00	0%	-3 666 012,00	-4%	0,00	0%	-3 666 012,00	-2%
Outros custos	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	14 741 274,00	1	88 461 083,00	1	93 471 060,00	1	14 552 189,00	1	211 225 606,00	1

A rubrica Fornecimento e serviços externos é analisada como segue:

Fornecimentos e Serviços Externos	2016	%	2015	%	Variação	
					Valor	%
Fornecimento e Serviços						
Electricidade	5 092 473	9,50%	5 334 824	8,14%	-242 351	-4,54%
Combustíveis	1 254 594	2,34%	1 346 532	2,06%	-91 938	-6,83%
Água	312 094	0,58%	402 401	0,61%	-90 307	-22,44%
Impressos	1 262 471	2,35%	1 181 581	1,80%	80 890	6,85%
Material de Escritório	3 124 289	5,83%	3 914 174	5,98%	-789 885	-20,18%
Livros e documentação técnica	2 000	0,00%	6 400	0,01%	-4 400	-68,75%
Artigos para oferta	223 930	0,42%	606 093	0,93%	-382 163	-63,05%
Rendas e Alugueres	2 167 000	4,04%	4 007 000	6,12%	-1 840 000	-45,92%
Despesas de Representação	252 490	0,47%	252 181	0,39%	309	0,12%
Comunicação	5 166 109	9,63%	7 297 526	11,14%	-2 131 417	-29,21%
Seguros	696 149	1,30%	168 897	0,26%	527 252	312,17%
Deslocações e Estadas	3 984 404	7,43%	2 993 939	4,57%	990 465	33,08%
Honorários	3 551 247	6,62%	2 236 075	3,41%	1 315 172	58,82%
Conservação e Reparação	4 303 263	8,02%	3 540 363	5,41%	762 900	21,55%
Publicidade e Propaganda	9 545 509	17,80%	16 015 413	24,45%	-6 469 904	-40,40%
Vigilância e Segurança	4 929 413	9,19%	5 568 202	8,50%	-638 789	-11,47%
Trabalhos Especializados	2 389 435	4,46%	6 153 536	9,39%	-3 764 101	-61,17%
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	5 372 379	10,02%	4 475 199	6,83%	897 180	20,05%
	53 629 249	100,00%	65 500 336	100,00%	-11 871 087	78,67%

Verificou-se uma significativa redução nesta rubrica, traduzidos em 11.870 contos, enquadrados na estratégia de contenção dos custos. O aumento considerável nos Seguros é em consequência da substituição do Fundo de Promoção da Saúde pela apólice de seguro de Saúde.

22 - Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Custos com o Pessoal	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Remunerações - órgãos sociais	13 719 210	18 432 144	(4 712 934)	-26%
Remunerações - pessoal	81 376 737	79 936 483	1 440 254	2%
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	985 260	936 418	48 842	5%
Encargos sobre remunerações - pessoal	12 551 992	11 664 238	887 754	8%
Seguros obrigatórios	7 360 830	3 796 637	3 564 193	94%
Custos de acção social	839 924	729 471	110 453	15%
Formação	1 506 757	1 471 873	34 884	2%
Outros	368 300	385 347	(17 047)	-4%
	118 709 010	117 352 611	1 356 399	1



O número de empregados da Companhia no exercício de 2016 foi 71, como se demonstra:

Alocação dos Trabalhadores	2016	2015
Direcção	7	7
Quadros técnicos	24	21
Quadros administrativos	34	33
Outros	6	6
	71	67

23 – Obrigações com Benefícios dos Empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego com os seus colaboradores.

24 - Imposto Sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRPC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa de 25% e a uma taxa de incêndio de 2% que recai sobre o IRPC apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O Imposto sobre o rendimento de Pessoas Colectivas pode ser analisada como segue:

	2016	2015
Resultado antes de imposto	187 948 949	185 947 034
Taxa de imposto	25,5%	25,5%
Imposto apurado com base na taxa oficial	(47 926 982)	(47 416 494)
Imposto a pagar	(47 926 982)	(47 416 494)



25 – Capital

O capital social da IMPAR, no valor de mECV 400 000, encontra-se integralmente realizado.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos a quinta parte do seu capital social, reserva que não é distribuível, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, de mECV 138.530, o montante de 38.530 foi alocado, em 2016, às reservas livres da Companhia.

25 – Outras Reservas

Os saldos das Reservas em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, eram os seguintes:

	2016	2015
Reservas		
. Reserva Legal	80 000	80 000
. Prémios de Emissão	7 513	7 513
. Reservas Livres	256 648	218 117
	344 161	305 630
Reservas de Reavaliação		
Por Ajustamentos no Justo Valor:		
. De Activos Financeiros Disponíveis para Venda	43 281	70 678
. De Revalorização de Terrenos e Edifícios	27 297	27 297
. De Revalorização de Activos Intangíveis	122 252	122 252
	192 830	220 227

27 – Resultados por Acção

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o apuramento dos resultados por acção básicos é apresentado como segue:



	2016	2015
Resultado Líquido do Exercício	140 021 967	138 530 540
Nº Acções	400 000 000	400 000 000
Resultado por Acção	0,350	0,346

28 – Dividendos por Acção

Os dividendos distribuídos em 2016 e 2015, relativos aos exercícios de 2015 e 2014, respectivamente, tiveram a seguinte composição:

	2016	2015
Resultado Líquido atribuído	100 000 000	100 000 000
Nº Acções	400 000 000	400 000 000
Dividendos por Acção	0,25	0,25

29 - Transacções entre Partes Relacionadas

As relações com partes relacionadas, nomeadamente acionistas e membros de Órgãos sociais foram como se segue:

mECV 2016	OLIGEST	Vasconcelos Lopes	JVC Holding	ING
ACTIVO				
Outros devedores p/ Op Seguro e outras		8 454		

mECV 2015	OLIGEST	Vasconcelos Lopes	JVC Holding	ING
ACTIVO				
Outros devedores p/ Op Seguro e outras		8 533	54	



Não houve transações não técnicas entre as partes relacionadas, nomeadamente acionistas e membros de Órgãos Sociais.

Há seguros subscritos pelos principais accionistas e membros dos Órgãos Sociais

A remuneração dos Órgãos Sociais ascendeu a mECV 13 719 (2015: mECV 18 432).

31 – Demonstração de fluxos de caixa

A Demonstração de fluxos de caixa para os exercícios 2016 e 2015 encontra-se apresentada em separado, na página seis deste relatório.

31 - Compromissos

Em curso a nossa estratégia para a alteração do nosso posicionamento na Bancassurance, com aquisição da maioritária posição de 51% no BCN – Banco Caboverdiano de Negócios. Em Dezembro de 2016 foi assinado um Contrato Promessa de Compra e Venda e depositado 20% como início de pagamento do valor inicial.

A participação da IMPAR na CECV será negociada e vendida no primeiro trimestre do ano de 2017, mediante assinatura de Contrato Promessa de Compra e Venda de Acções, sendo de salientar que este negócio não originará qualquer menos-valia.

36 - Eventos subsequentes

Não se conhecem à data da elaboração deste relatório eventos com impacto significativo nesta apresentação de contas.

37 – Outras Informações

Novas normas e alteração de políticas

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de Janeiro de 2016



- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014)** > Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição** > As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
 - **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente** > As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
 - **IFRS 8 Segmentos Operacionais** > As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
 - **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização** > As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
 - **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência** > As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão
 - **IAS 38 Ativos intangíveis – Modelo de valorização** > As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- **IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014)**
 - As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a



redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

- **Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015)**
 - As emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.
- **Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015)**
 - As emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.
- **Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015)**
 - A emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

- **Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015)**

Os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:



- **IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas** – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.
- **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento *Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros* (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente.
Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.
- **IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro** - As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.
- **IAS 19 Benefícios dos Empregados** – As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.
- **IAS 34 Relato Financeiro Intercalar** – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.
- **Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015)**
 - As alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.
- **Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015)**
 - As alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como



descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

- **Entidades de Investimento: Aplicar a Exceção à Consolidação - Alterações à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 28 (Regulamento n.º 2016/1073, de 22 de setembro de 2016)**
 - Esta alteração vem clarificar uma série de aspetos da IFRS 10, da IFRS 12 e da IAS 28 relacionados com a exceção à consolidação aplicável às entidades de investimento.

O Impacto destas novas normas, interpretações e alterações, não é significativo.

2bii Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2017

- **IFRS 15: Rêdito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)**
 - Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o r dito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia dos 5 passos". Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.
- **IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)**
 - A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i)   classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

Não é ainda conhecido o impacto da introdução destas normas.

2biii Normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia



Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- **Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28**
 - Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.
- **Reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas – Alterações à IAS 12**
 - Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Iniciativa de Divulgação – Alterações à IAS 7**
 - Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Rédito de Contratos com clientes – Clarificações à IFRS 15**
 - Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Clarificações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações**
 - Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.



- **Clarificações à IFRS 4- Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros**
 - Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da implementação da norma sobre contratos de seguros que substituirá a IFRS 4 e que ainda está em desenvolvimento. Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016**

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

 - IFRS 12 Divulgações de Interesses noutras entidades
 - IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS
 - IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Adoção da IFRIC 22 *Foreign Currency Transactions and Advance Considerations***
 - A IFRIC 22 estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma consideração paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **Clarificações à IAS 40 - Transferências de Propriedades de Investimento**
 - As alterações à IAS 40 Propriedades de Investimento vêm clarificar os requisitos relacionados com as transferências, de e para, Propriedades de Investimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.
- **IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios**
 - Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.



- **IFRS 16: Locações**

Esta nova norma estabelece um modelo único de contabilização das locações pelos locatários, eliminando a distinção entre locações operacionais e locações financeiras na perspectiva do locatário. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso.

Para mais detalhes consulte o impacto da introdução dos novos padrões contábeis.



PARECER DO ATUÁRIO

PARECER ATUARIAL

Para se emitir o parecer atuarial sobre a constituição das provisões técnicas da Seguradora IMPAR no período vigente de 01/01/2016 à 31/12/2016, tivemos de analisar se todas as constituições encontram-se em conformidade com o previsto e aprovado pelo Banco de Cabo Verde, nomeadamente o Parecer nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, assim foram avaliadas as provisões para os ramos "VIDA" e "NÃO VIDA":

PROVISÕES PARA O RAMO VIDA

As provisões matemáticas, que foram constituídas para o ramo vida estão de acordo com o disposto no Aviso nº 05/2010 e no Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

Essas provisões foram constituídas em conformidade com as bases de cálculo estabelecidas no referido Aviso e Decreto-Legislativo e são de uma forma geral suficiente para cobrir as provisões de sinistro.

PROVISÕES PARA O RAMO NÃO-VIDA

As provisões técnicas constituídas para este ramo, foram calculadas respeitando as bases técnicas previstas na lei e ainda em vigor a saber: o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

De um modo geral as provisões técnicas e matemáticas constituídas são suficientes para cobrir os sinistros, o que se confirma comparativamente quando se observa os cálculos e comportamento nos anos anteriores.

Praia, 23 de Março de 2017


- / José Carlos Rocha Dias / -
- Atuário -



RELATÓRIO DE AUDITORIA



Tel: +238 261 32 08
Fax: +238 261 32 09
www.bdo.cv

Av. Andrade Corvo, 30 - r/c
CP 63 Praia
Cabo Verde

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SA

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Demonstrações Financeiras da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SA (adiante designada por IMPAR ou Companhia), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um activo líquido de 2 218 797 contos e um capital próprio positivo de 1 077 014 contos, incluindo um resultado líquido positivo de 140 022 contos), a Conta de Ganhos e Perdas, o Mapa das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador.

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA-International Ethics Standards Board for Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas neste código. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. Andrade Corvo, 30 - r/c, CP 63 Praia - Cabo Verde, Registada na Conservatória do Registo Comercial da Praia sob o número 631, NIF 200 106 309, Capital 250 000 CVE.

A BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda., sociedade por quotas registada em Cabo Verde, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização dos Investimentos Os Investimentos da Companhia apresentadas nas notas 6 e 11 do Anexo às demonstrações financeiras, representam o valor mais significativo do balanço, 1 469 762 contos. A carteira de investimentos da IMPAR é diversificada, com títulos de rendimento fixo e variável, bem como imóveis e depósitos. A avaliação de investimentos financeiros baseia-se numa gama de inputs, obtidos a partir de preços de mercado prontamente disponíveis. Quando os dados de mercado observáveis não estão disponíveis, as estimativas são efetuadas com base nos dados de fonte mais apropriados e estão sujeitas a julgamento. A análise dos pressupostos, bem como a correta valorização dos investimentos constitui assim uma área significativa de auditoria.	
2. Contas de Resseguro Como parte da mitigação do risco da Companhia, a IMPAR contrata colocações de resseguro: (i) de quota parte; (ii) não proporcional; e (iii) excesso de perdas, sendo julgada a avaliação de se o risco de seguro foi transferido para o ressegurador para que um ativo possa ser reconhecido. O valor do ativo de resseguro a ser reconhecido é complexo, pois está inerentemente vinculado a estimativas. O cálculo dos valores a receber ou pagar é, portanto, impactado pelos julgamentos e estimativas feitas como parte do processo de reserva de sinistros. O risco de incumprimento por um ressegurador é um risco inerente significativo. Se algum ressegurador deixar de pagar à Companhia ou deixar de pagar em tempo oportuno, a IMPAR poderá sofrer perdas significativas ou dificuldades de liquidez. Embora a Companhia distribua a sua cobertura de resseguro através de um painel de diferentes resseguradores, a IMPAR assume o risco de crédito de cada contraparte. A avaliação do ativo de resseguro no balanço requer um julgamento significativo para refletir a exposição ao risco de crédito, constituindo uma área significativa de auditoria.	
	Realizamos procedimentos de auditoria sobre a avaliação e contabilização de investimentos detidos pela IMPAR e testámos a concepção e implementação e a eficácia operacional dos principais controlos sobre o processo de avaliação de investimentos. Realizou-se também uma revisão das fontes e sistemas utilizados pela Companhia para a avaliação, de acordo com as políticas contabilísticas estabelecidas na nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras.
	Testamos o processo e os controlos sobre a aprovação de contratos de resseguro. Para os saldos pendentes, avaliamos os valores contra os termos dos contratos de resseguro e respetivo registo. Testamos as operações a adequacidade dos valores transmitidos aos resseguradores relacionados com prémios e comunicação de sinistros. Avaliamos o painel de resseguradoras e verificamos os recebimentos de fim de período de resseguro para fornecer evidência sobre a recuperabilidade dos ativos de resseguro de fim de ano. Obtivemos confirmações de saldos e operações, bem como a reconciliação entre as contas técnicas e os registos contabilísticos.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
3. Metodologia e pressupostos utilizados na fixação das reservas de seguros	
As reservas de seguros incluem os passivos técnicos da Companhia relativos à actividade operacional de seguro directo da IMPAR, no montante de 960 046 contos, conforme detalhado na nota 5 do Anexo às demonstrações financeiras. A determinação do valor das reservas de seguros requer um julgamento significativo na seleção dos principais pressupostos e metodologias. A Administração exerce um julgamento significativo em relação às tendências da frequência e gravidade dos sinistros com danos corporais, bem como para pedidos significativos, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes às provisões constituídas é uma área significativa de auditoria.	Abordagem substantiva, que inclui: (i) a compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) indagações junto do Órgão de Gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) verificação detalhada dos cálculos dos encargos futuros esperados com os processos de sinistro pendentes; (iv) análise das respostas ao pedido de informações (circularização) efetuado e indagações junto do gabinete jurídico da IMPAR; e (v) análise do relatório do Actuário Responsável.
4. Reconhecimento do rédito	
Devido ao grande número de apólices subscritas pela Companhia existe o risco de que a receita registrada nas demonstrações financeiras e o fluxo de informações sobre os prémios dos sistemas de subscrição para as demonstrações financeiras não sejam completos e precisos.	Testámos a conceção e implementação e a eficácia operacional dos principais controlos sobre o reconhecimento de receitas, concentrando-nos no fluxo de informação dos sistemas de subscrição para os registos. Realizámos ainda procedimentos analíticos ao nível dos Prémios brutos emitidos.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Companhia em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Companhia descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras

representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

- Comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Adicionalmente, declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas;
- Das matérias que comunicamos ao órgão de gestão, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Praia, 31 de março de 2017



António Pina Fonseca, em representação de
BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda.



RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, como Fiscal Único, acompanhámos durante o exercício de 2016, a atividade da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Relatório e Contas, o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas, o Mapa das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Contas, lidos em conjunto com o Relatório da BDO, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas, o Mapa das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Contas, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2016.

2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Praia, 31 de Março de 2017

O FISCAL ÚNICO



António Pina Fonseca, em representação de
BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda